



Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

DE HOLANDA, FREDERICO; KOHLSDORF, MARIA ELAINE; LIBANEZ FARRET, RICARDO; CAMARGO CORDEIRO, SONIA HELENA
FORMA URBANA. QUE MANEIRAS DE COMPREENSÃO E REPRESENTAÇÃO?
Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, núm. 3, outubro, 2000, pp. 9-18
Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513952493002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

FORMA URBANA

QUE MANEIRAS DE COMPREENSÃO E REPRESENTAÇÃO?

FREDERICO DE HOLANDA
MARIA ELAINE KOHLSDORF
RICARDO LIBANEZ FARRET
SONIA HELENA CAMARGO CORDEIRO

R E S U M O *O texto constitui um apanhado do estado da arte quanto à forma urbana. Discutem-se os principais problemas teóricos com que nos defrontamos e as tendências paradigmáticas atuais. Resumem-se também os eixos de discussão predominantes no Encontro Nacional da Anpur de 1999, a saber: a) problemas relacionados às centralidades urbanas, questões funcionais e de apropriação da cidade; b) a realidade da cidade e as expectativas sociais como percebidas pelos habitantes; c) a relação entre a tradição e os desafios colocados pela modernização; e d) os instrumentos de controle urbanístico.*

P A L A V R A S - C H A V E *Forma urbana; paradigmas espaciais; planejamento urbano brasileiro.*

INTRODUÇÃO

A Área Temática *Forma Urbana* vem-se consolidando como área específica dentro dos Encontros Nacionais da Anpur. O grande número de propostas de comunicações recebido, assim como as comunicações efetivamente apresentadas demonstram a consolidação de uma área de interesse que investiga a questão do espaço da cidade em seus aspectos mais especificamente *configuracionais*. Há várias maneiras, na literatura, pelas quais se classifica a produção reflexiva nesse campo, mas talvez seja consensual dizermos que, fundamentalmente, o estudo do espaço da cidade é abordado de duas maneiras: a) em razão dos *processos de sua produção* e b) em razão do *desempenho* do espaço já realizado e concretamente utilizado pelas pessoas — moradoras ou visitantes. Talvez seja possível também afirmar que a primeira vertente tem mais tradição no âmbito da Anpur e que a segunda vem-se afirmando mais recentemente, sobretudo nos três últimos encontros (1995/1997/1999).

Algumas hipóteses podem explicar essa tendência. Por um lado, a Anpur nasceu mais sob a égide das ciências sociais do que do campo configuracional *strictu sensu*, em que se situam a Arquitetura e o Urbanismo, ou aquelas disciplinas correlatas que têm investigado o desempenho das configurações, como a Psicologia Ambiental. Por outro lado, há mais tradição analítica nas ciências sociais do que na Arquitetura como disciplina, essa última mais caracterizada tradicionalmente como *disciplina normativa e prospectiva*; em outras palavras, mais voltada diretamente para *como as coisas deveriam ser* do que para *como as coisas são*. Haveremos um dia, quem sabe, de ultrapassar essas limitações históricas, em dois sentidos: primeiro, as ciências sociais devem abandonar uma simples postura contemplativa, pela qual apenas se explica como as coisas são, e avançar em propostas

concretas de transformação do *status quo*; segundo, a Arquitetura deve abandonar uma postura simplesmente *normativa*, mas freqüentemente irreflexiva, para instituir-se também como disciplina analítica, explicando, em profundidade, a lógica da realidade atual, no seu campo fenomênico específico.

O balanço do *VIII Encontro* deixa-nos otimistas nas duas direções: a) a preocupação da Anpur, por meio desses relatórios de áreas temáticas, de traduzir os resultados do Encontro em termos de propostas concretas aponta para o abandono de uma postura simplesmente *contemplativa do caos*; e b) o conteúdo das comunicações da área temática *Forma Urbana* aponta para um aprofundamento analítico significativo, numa área antes apenas normativa.

Nesta, como nas outras áreas temáticas do VIII Encontro, foi feita inicialmente uma palestra de abertura, por conferencista especialmente convidado, o qual procurou balizar o campo específico e propor questões para discussão durante os debates. Este documento contempla, a seguir, duas coisas: 1. Síntese das questões fundamentais, tais como apresentadas pela palestra de abertura, proferida pela Profa. Maria Elaine Kohlsdorf; e 2. Principais eixos ao longo dos quais se desenvolveram as comunicações e debates nas três sessões do Encontro. Finalmente, algumas observações são feitas à guisa de conclusões e recomendações gerais, procurando-se contribuir, dentro da especificidade da área, para o tema central: *Enfrentando o desafio urbano e regional brasileiro: que propostas para a próxima década?*

FORMA URBANA – BREVE ESTADO DA ARTE

A expressão *forma urbana* pode apontar diferentes direções conceituais. O dicionário Aurélio (Ferreira, 1988, p.648) nos dá muitos usos para o substantivo (*forma* é um verbete extensíssimo!) e também para o adjetivo (*urbano* refere-se a certo modo de organização socioeconômica e espacial, mas também à maneira cortês, afável e civilizada nos relacionamentos sociais). É interessante, porém, refletirmos sobre a definição que encabeça o verbete para *forma*:

1. *Os limites exteriores da matéria de que é constituído um corpo, e que conferem a este um feitio, uma configuração, um aspecto particular.* Se a autoridade dos autores de dicionários para estabelecer significados às palavras não se afastar, mas se alimentar da força evocativa destas na população, há duas qualidades nessa citação que deveriam estar na base da noção de forma presente no *consciente social*:

- a qualidade material, pois refere-se a fronteiras da *matéria* que constituí os corpos;
- a qualidade cognitiva, pois permite que *identifiquemos* a configuração particular dos corpos.

Se o sentido de *corpo* nessas definições puder ser entendido a qualquer entidade material, a forma da cidade refere-se à sua matéria e provém de elementos e relações materiais. Não se adapta a entidades imateriais, mas é próprio à materialidade do meio urbano. E, a partir da segunda qualidade, a forma da cidade é um instrumento para seu conhecimento.

Por outro lado, o conceito de forma urbana adere ao significado de espaço urbano, pois o último é igualmente definido por seus limites. Qualquer espaço em que nos encontremos é fisicamente delimitado, a ponto de estruturarmos sua noção a partir da consciência das relações topológicas e perspectivas entre nosso corpo e as superfícies que rea-

lizam a demarcação do espaço em que estamos. Por tais razões, a característica morfológica é o principal identificador dos espaços socialmente utilizados em geral. Falar em *forma urbana* ou *espaço urbano* remete, necessariamente, à abordagem dos processos de organização social na cidade a partir de suas características configurativas.

2. A qualidade material e o predicado cognitivo da forma legitimam que nos reunamos para discutir maneiras de sua compreensão e representação como elemento estrutural da cidade. Compreender sugere indagar sobre o que é possível conhecer de nossas cidades por meio de suas formas e quais as maneiras de conhecê-las que trazemos para essa discussão. Nessas perguntas já estão contidas questões sobre as representações morfológicas, pois existe uma articulação indissociável entre o que se exibe e o que se quer saber. Portanto, a quais compreensões podem atender os diversos sistemas de representação da forma das cidades? Quais são as possibilidades de cada um deles? São adequados às questões que sugeriram seu uso?

A diversidade de questões em relação à forma urbana indica a pluralidade de aspectos pelos quais se pode compreender a cidade, qualificando-a como um fenômeno que admite vários olhares. Essa consciência interdisciplinar, dada a público na primeira década do atual século por Patrick Geddes em *Cities in Evolution* (1915), marca os adolescentes quinze anos da Anpur, nascida do esforço de entender e agir nas cidades (atividades que qualificam o planejamento), de maneira a não reduzi-las a um só enfoque, mas de crivá-las da maior quantidade possível de olhares curiosos e críticos. Coincidência ou não, completa, em 1999, quinze anos também de presença, no Brasil, da discussão formalizada sobre o espaço da cidade, ou seja, da periodicidade de encontros como este para apresentar e debater a produção acadêmica sobre a referida questão. Em razão das identidades conceituais anteriormente referidas, o espaço da cidade tem sido o palco onde preponderam as investigações sobre a forma urbana e nos permite examinar o atual estado da arte do tema desta Sessão.

3. Neste ponto, constata-se, felizmente, um elogiável crescimento da produção registrada no intervalo 1984-1999. O *I Sedur* (Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil), ocorrido em Brasília no ano de 1984, foi o primeiro encontro cujo objetivo explícito foi “restabelecer no País a discussão sobre o desenho das cidades”, nas palavras de Benamy Turkienicz (1994, p.5), coordenador do evento. Tomando-se aquele seminário como marco inicial do debate sobre o espaço e a forma urbana, contam-se a partir de então quase vinte eventos ocorridos em nosso País, tendo como objeto o espaço urbano, abrangendo congressos, oficinas e seminários. A presença de comunicações abordando a forma da cidade atinge hoje mais de seiscentos trabalhos publicados, se somarmos aos encontros específicos outros, de natureza mais abrangente, como congressos de iniciação científica, seminários sobre cultura, tecnologia ou paisagismo e encontros de associações de ensino ou de pesquisa.

Esse saldo positivo cresce se observarmos que, no Brasil, as discussões sobre a cidade, até vinte anos atrás, centravam-se maciçamente em características outras do que a sua forma. Ainda não completou uma geração o fato de que a associação da palavra *configuração* aos fenômenos urbanos gerava, instantaneamente, o entendimento de que se estava tratando de seus aspectos superficiais e ignorando suas estruturas profundas.

E o saldo aumenta mais quando se destacam as mudanças de atitude que acompanham esses debates. Na verdade, o *I Sedur* já indica a vontade de, colocando em evidência a forma da cidade, abandonar certas posturas tradicionais no trato das questões urbanas, como a ficção funcional (na expressão de Stanford Anderson (1995)), as re-

gras a partir de rotinas (nas palavras de Gunter Kohlsdorf (1995)) e o divórcio entre discurso e desempenho morfológico dos lugares (na frase de Frederico de Holanda (1997)). Em suma, mostra-se a vontade de nutrir as intervenções nos processos urbanos com insumos de debates movidos pelo olhar que investiga, e não *pré-supõe*; que examina, e não *pré-conceitua*; o olhar, enfim, que assume uma atitude de pesquisa científica sobre a forma da cidade. A produção desses quinze anos é respeitável por seu papel de revolução metodológica, realizada pela interdisciplinaridade, e preparatória de novas atitudes disciplinares.

Embora seja cedo para colhermos os frutos da consolidação dessas mudanças no ensino, na prática profissional ou gestão urbana, existe certa urgência social para que tal ocorra. Seja pelo estado agudo de desigualdade na repartição dos benefícios da vida urbana, seja pelo atraso na produção do conhecimento, temos dívida acadêmica para com as populações de nossas cidades também no que se refere aos aspectos morfológicos da urbanização brasileira. E, para saldá-la, precisamos produzir com mais qualidade do que quantidade; temos que somar e não contrapor, e definir as questões a partir de seus parâmetros de realidade. Os tempos de *tempestade-cerebral* como procedimento conclusivo e *tentativa-e-erro* como método seguro já passaram, pois a produção de quinze anos requer outras atitudes. Antes de mais nada, trata-se de organizar e classificar: de vez em quando é preciso “arrumar a casa conceitual”, e encontros como este oferecem oportunidade para isso.

4. Tais arrumações não são fáceis, quando a tradição é recente e os problemas são muito graves, mas a urgência da necessidade auxilia as ações de dar ordem na produção científica, porque nos leva à concentração no sujeito de nosso tema. Ou seja, indagando sobre o sujeito da forma urbana, fica evidente que tal campo de investigação só se justifica pela realidade das populações de nossas cidades. A essas populações, a pesquisa e o planejamento devem fornecer-lhes respostas, esclarecendo em quais tipos de expectativas sociais incidem as características configurativas das cidades e de que modo se pode projetar lugares com melhor desempenho morfológico. Em outras palavras, a forma da cidade como área de conhecimento existe em razão da demanda social, e sua conceituação só pode ser relacional, porque se refere a seu papel nessa relação. Um papel evidentemente diversificado, já que também variada é a gama de aspirações quanto ao comportamento da forma dos lugares: queremos seu bom desempenho funcional, simbólico, bioclimático, copresencial, topoceptivo, econômico, estético... Mas a consciência dessa diversidade precisa vir acompanhada da exposição das variáveis configurativas correspondentes a cada uma dessas categorias de expectativas.

5. A discussão urgente precisa, portanto, encaminhar para que se classifiquem as possibilidades da forma urbana em responder às expectativas dos cidadãos. Essas últimas nos desafiam a não mais negligenciar em estabelecer quais características morfológicas podem contribuir para dias melhores, sem exclusão de pessoas. Embora pouco provável no cenário macabro deste fim de milênio, essa intenção torna-se possível se recordarmos que o tema não apenas desta, mas de todas as Sessões e de todos os Encontros da Anpur estão em função do Planejamento Urbano, atividade que objetiva preparar mudanças para situações qualitativamente melhores.

6. Além disso, teremos razão suficiente para arregaçar as mangas se, apesar do horror econômico, do horror político e do horror urbano, tivermos presente que o ancestral da cidade é positivo. Como escreveu Mumford (1984, p.14), era o lugar aonde se ia para aumento do prazer social e caracterizava-se pela utilização mais completa da fantasia

simbolizada e da arte, representando uma vida melhor, mais significativa e bela, ... *uma boa vida em embrião, como a que Aristóteles um dia iria descrever na Política: o primeiro vislumbre da Eutopia*. A busca desse lugar bom e belo acompanhará sempre a humanidade. Como a cidade será sempre o lugar da História, ela guarda a chave do paraíso, a qual atende pelo nome de *mudança*. E sabemos que mudanças se referem *tutti quanti* a metamorfoses, ou seja, às transformações das formas. Como profissionais da planificação, propomos e preparamos transformações de nossas cidades e de suas formas, e participamos necessariamente da busca da Eutopia. E a resposta que procuramos deve encontrar-se na forma urbana e na medida de sua satisfação a anseios historicamente colocados pelos indivíduos. Quer dizer que não é legítimo nem útil definir a forma da cidade como um objeto, mas, sim, como uma situação relacional.

7. Por tais razões, na construção de nosso edifício conceitual teórico e metodológico encontram-se as respostas que estamos devendo à sociedade como pesquisadores. Sua solidez fornecerá condições mais seguras para se planejarem as metamorfoses, segurança que se deve comprometer com metas de melhores condições de vida urbana para todos os indivíduos. Encontros como este objetivam organizar o canteiro de obras da produção do conhecimento, encaminhando de forma sistematizada as discussões que logo iniciaremos, para que se possam realizar sínteses. Tais sínteses devem ser respostas às perguntas iniciais, mas devem também visar a uma taxonomia que corresponda à forma urbana como situação relacional, ou seja, as maneiras de compreensão e representação da forma urbana estão em função, necessariamente, do desempenho morfológico quanto a expectativas socialmente definidas.

Significando continuidade da trajetória a que nos referimos, esta Sessão Temática revela a acuidade da equipe de preparação do *VIII Encontro Nacional da Anpur* na formulação das perguntas que deverão guiar nosso debate durante os próximos dias, a partir das maneiras de compreensão e representação da forma urbana trazidas pelos estudiosos participantes deste evento. Seus trabalhos são a matéria-prima que permitirá construir uma reflexão nova, que seqüencie os conhecimentos pregressos sobre a natureza e o comportamento da configuração urbana e desenvolva uma atitude mais adequada para dar conta deste contrato com a produção científica.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade que possibilitou o caminho percorrido nesses quinze anos deverá estar acompanhada, progressivamente, por posturas que indiquem uma nova organização pedagógica para receber áreas de conhecimento que não apenas superaram antigos nichos da aprendizagem, mas instalaram maneiras de pesquisar mais eficazes à revelação das leis de comportamento da forma urbana. Estamos frente a mudanças de conduta, pois viver o interdisciplinar pressupõe uma certa atitude de espírito. Como escreveram Hilton Japiassú e Irineu Martim, não se ensina interdisciplinaridade, mas a prática, correndo riscos de permanecer no mero encontro de especialistas auto-suficientes ou cair nos mitos da pluridisciplinaridade. Ao contrário, o inter-relacionamento entre disciplinas não visa apenas superar o problema criado quando o discurso na epistemologia da modernidade ficou maior do que o conhecimento da realidade. Busca o salto qualitativo de todas as disciplinas envolvidas por meio da troca de olhares sobre um mesmo fenômeno, em outra maneira de considerar o saber, a qual proporciona um novo modo de relacionamento dos homens com a realidade.

A nova reflexão possibilitada pelo *VIII Encontro Nacional da Anpur* poderá acelerar as transformações prementes requeridas pela Universidade para dar conta de

seu papel social, embora os tempos apontem para um rompimento sem volta do compromisso da Academia com os problemas da sociedade brasileira. Mas, se a asunção do Brasil integrado na ordem mundial globalizada compromete o contrato entre as instituições de ensino e pesquisa e a nossa sociedade, continua a soar, cada vez mais forte, o alerta do crescente número de apartados da acumulação de riqueza no País.

8. Sua evidência não permite que deles se desvie a avaliação de nossos problemas urbanos, assim como sua presença é insistente quando se examinam as relações entre as características configurativas das cidades e as expectativas sociais.

9. As atividades de classificar, descrever, analisar, sistematizar e representar a forma urbana em razão de seu desempenho nas aspirações socialmente definidas passa, necessariamente, por considerarmos o aumento da desigualdade social em nossas cidades, porque nisso está a concretitude capaz de gerar a demarcação da forma da cidade como objeto científico.

10. E a idéia de que a forma se *trans-forma* deve impulsionar o ânimo desta Sessão Temática, para que possamos assumir uma nova atitude, que conduza a um novo conceito de saber e a um novo relacionamento com a realidade, *re-qualificando* o futuro das disciplinas e visando a uma *re-qualificação* do futuro das sociedades humanas, com atributos mais positivos do que os de nosso momento presente.

CAMINHOS DA DISCUSSÃO

Foram apresentadas, ao todo, dezesseis comunicações, nesta Sessão Temática, as quais cobrem assuntos bastante diversificados. Não é fácil estabelecer uma taxonomia *a posteriori*, na qual encaixar essas contribuições. Existem diversas taxionomias, adotadas por diferentes pesquisadores, e a que se apresentou acima é uma delas, baseada nas *dimensões de desempenho* das configurações urbanas. No que se segue, procuraremos descrever os “eixos” em torno dos quais se concentraram as contribuições, comentando os principais aspectos abordados e a maneira como isso foi feito.

CENTRALIDADES — QUESTÕES FUNCIONAIS E DE APROPRIAÇÃO DA CIDADE

São estudos que procuram entender as implicações sociais da localização de funções, atividades e atores urbanos. Abordam-se aspectos como concentração e dispersão, fluxos veiculares entre geradores e atratores de viagens, relações entre configuração urbana e apropriação dos espaços por parte dos agentes sociais, motorizados ou não. Nesses trabalhos, concentraram-se experiências com modelos matemáticos de representação da forma urbana, explorando-a como sistema de relações topológicas e de acessibilidade entre os lugares. Foram debatidos os limites com os quais se defronta a modelística, pela maneira como são alimentados os modelos, deixando de lado alguns atributos fundamentais da forma urbana, cuja inclusão poderia levar a conclusões distintas. Entre tais aspectos, poderiam ser citados: a configuração plástica dos lugares; os aspectos geométricos (e menos topológicos) que interferem no uso dos lugares; a intensidade do fluxo de veículos, o que qualifica a possibilidade de utilização dos canais de circulação etc. Mas pareceu consenso o fato de que, uma vez caracterizada com precisão a contribuição específica de cada modelo, cada um deles oferecendo apenas *um determinado tipo de*

insumo para a compreensão do espaço da cidade, seu desenvolvimento enriquecerá sobremaneira o entendimento do fenômeno. Alguns modelos já se apresentam, inclusive, num formato que permite seu quase direto rebatimento em políticas de desenvolvimento urbanístico.

Procurou-se estabelecer, por outro lado, relações entre as características configuracionais dos lugares e aspectos como o uso do solo, o preço dos imóveis, a distribuição de investimentos urbanos, a dinâmica de classes sociais no espaço etc. Especulou-se sobre as recentes tendências da urbanização — a nova suburbanização, pela periferização de centros direcionais e de grandes conjuntos residenciais para classes de alta renda — e seu impacto em termos de deseconomias de dispersão (em contraposição às deseconomias de aglomeração), assim como em termos da invisibilidade recíproca das classes sociais, decorrente do novo modelo, particularmente perceptível em São Paulo, mas também encontrada em outras cidades brasileiras.

REALIDADE E DESEJO — QUESTÕES DE PERCEPÇÃO DOS ESPAÇOS CONSTRUÍDOS

Nesse campo, foram apresentados trabalhos de cunho mais teórico e outros mais diretamente alusivos a estudos de caso. Os aspectos de cognição e de formação de imagem da cidade foram analisados. Procurou-se entender melhor a natureza da forma urbana de maneira *intermediada* pelo discurso dos agentes. Freqüentemente, as *dimensões* abordadas são de vários tipos — funcionais, bioclimáticas, econômicas, simbólicas —, mas concentram-se nos aspectos topoceptivos, ou seja, naqueles relacionados à orientabilidade e identificabilidade dos lugares. Debateu-se, nesses casos, a necessidade de maior desenvolvimento de *teorias* que explicassem o nível de satisfação dos agentes e as expectativas que têm em face da realidade, expectativas sempre entendidas como historicamente determinadas. A importância disso reside no fato de que é insuficiente simplesmente adotar-se o *discurso social* como avalizador das configurações, sem que se considerem os valores sociais que o informam. Curiosamente, não compareceram exemplos de estudos mais tradicionalmente classificados como de *avaliação pós-ocupação*.

TRADIÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Questões da preservação e da memória urbana foram discutidas, tanto em contextos de cidades menores, onde o *vernáculo* constitui elemento de fundamental importância para a identidade do lugar, como em contextos metropolitanos, onde se incluem monumentos tidos como emblemáticos no campo da historiografia arquitetônica — por exemplo, o Arco do Teles, no Rio de Janeiro.

Esse eixo deu margem a alguns dos momentos mais polêmicos da sessão temática, quando se confrontaram, por um lado, posições que minimizavam o impacto descaracterizador de intervenções recentes nos tecidos históricos, em nome de uma modernização necessária, e, por outro lado, posições que cobravam maior rigor analítico dos impactos causados por essas intervenções em seus respectivos contextos, intervenções freqüentemente apoiadas em leituras pouco precisas da identidade dos lugares e de sua significação. Aqui, como em outros casos, precisamos de *teorias descriptivas* mais precisas: a correta caracterização do fenômeno é a base essencial para que não se construa um discurso arbitrário, totalmente subjetivo, sobre o *que, como, e por que* preservar, do nosso acervo arquitetônico-urbanístico.

INSTRUMENTOS

Finalmente, trabalhos sobre a área “meio” foram apresentados, explorando interfaces com outras disciplinas, como o caso dos *Geographic Information Systems* (GIS), no monitoramento e na definição de áreas com características especiais, para fins de desenho urbano como política pública. Igualmente, examinou-se a eficácia dos instrumentos urbanísticos colocados em pauta pela Constituição de 1988, na tentativa — freqüentemente frustrada — de se induzirem novos modelos de urbanização. Isso novamente põe em pauta as limitações de tais instrumentos, cuja efetiva utilização é determinada pelas condições políticas do contexto.

CONCLUSÕES

Os trabalhos apresentados contribuíram para uma melhor compreensão do papel do espaço da cidade na vida social. Abandonando-se uma postura de determinismo mecanicista, cara à tradição das teorias normativas na Arquitetura, as reflexões apontam para a importância da configuração espacial na socialização dos vários agentes sociais no meio urbano. Estamos caminhando para uma melhor definição da *autonomia* das instâncias *espaço* e *sociedade*, pela qual esses termos passam a ser considerados *duas faces de uma mesma moeda*, mas, ainda assim, implicando especificidades fenomênicas. Cada vez melhor compreendemos que, em princípio, não somos presas da configuração espacial, no sentido de que nossos desígnios se anulam em razão da forma dos lugares, mas que essas formas podem carregar consigo restrições que implicam altos custos sociais para sua superação.

Essa abordagem mais sutil, por um lado, nega o determinismo mecanicista pelo qual de uma nova (sic) configuração (modernista) brotaria automaticamente uma nova sociedade, e, por outro lado, critica a ignorância do fato de que nossa liberdade de ação é rigorosamente *balizada* pelas condições reais — *materiais, espaciais* — em que o exercício dessa mesma liberdade se dá. As condições de *segregação espacial* em nossas cidades, tão bem apontadas por vários trabalhos, mostram como tal segregação, por si própria, impõe custos elevados, potencializando a segregação que, por meio de outras instâncias — sociais, econômicas —, já se dava.

Mas não é só. Os problemas da configuração urbana não se esgotam na segregação, de caráter mais econômico, de classes ou grupos de pessoas — que mais comumente têm chamado a atenção dos estudiosos. Mais e mais percebe-se como alguns dos atributos fundamentais do espaço contemporâneo — leia-se, do *espaço modernista*, a exemplo do sistema de espaços abertos residuais e amorfos — implicam dificuldades de apropriação por parte daqueles que têm no uso intenso do *espaço público* uma característica própria do seu modo de vida. Portanto, se propostas para o próximo milênio pretendem resgatar a importância do *âmbito público*, de crucial importância para uma sociedade mais aberta, terão de resgatar elementos fundamentais de determinadas configurações históricas — como as ruas e as praças —, exatamente aqueles elementos congruentes com um modo de vida que inclui a intensa apropriação dos espaços abertos de uso coletivo.

E, nesses espaços, as cidades falam, contam-nos histórias e a sua história. Informam sobre onde nos encontramos e como nos deslocamos para destinos desejados. Falam com fluência, fornecendo noções precisas de localização, ou confundem o forastei-

ro pouco adaptado às suas chaves de orientação. Mas as cidades sempre exercem esse tipo de comunicação, melhor ou pior, mesmo quando os projetistas ignoram por quais códigos morfológicos tramitam as mensagens capazes de nos orientar no espaço. Mas se quisermos perseguir procedimentos projetuais apoiados em resultados de pesquisas, seremos presas da lucidez sobre as consequências das opções por determinadas maneiras de organizar o espaço. Uma vez que somos conscientes das diferenças de desempenho das várias unidades morfológicas — praças, ruas, vias, espaços residuais etc. —, não é mais possível nem o olhar desinteressado do pseudocientista, nem a atitude descomprometida do pseudotécnico.

Finalmente, uma lacuna sentida: não foram apresentados trabalhos versando mais especificamente sobre a *dimensão estética* da cidade. A questão da beleza nas cidades, como de resto na Arquitetura de maneira geral, constitui um dos mais persistentes itens constituintes da caixa-preta do ensino e da reflexão em nossa disciplina. Talvez a dificuldade resida no fato de que essa dimensão constitui, de fato, uma “superdimensão”, pois as questões da *beleza* estão implicadas em inúmeros aspectos de desempenho da forma urbana: estímulos visuais, aspectos bioclimáticos — luz, som, temperatura —, a própria vitalidade no uso dos espaços, às vezes ela mesma responsável pela identidade forte de determinados lugares etc. Como podemos perceber, esses aspectos constituintes da beleza urbana superpõem-se a aspectos de desempenho estudados tradicionalmente em outros cortes analíticos e com outros objetivos. Resta o desafio de tratá-los especificamente como *aspectos estéticos*, pois, afinal, como dizia o poeta, “beleza é fundamental”.

Frederico de Holanda, arquiteto, é professor da Universidade de Brasília.
E-mail: fredhol@unb.br

Maria Elaine Kohlsdorf, arquiteta, é professora da Universidade de Brasília.
E-mail: gunter@tba.com.br

Ricardo Libanez Farret, arquiteto, é consultor em Planejamento urbano e regional.

E-mail: farret@unb.br
Sonia Helena Camargo Cordeiro, arquiteta, é consultora em arquitetura e urbanismo.
E-mail: caco@solar.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, S. “A ficção da função”. In: ANAIS DO 40 SEDUR – SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Governo do Distrito Federal, 1995.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- GEDDES, P. *Cities in evolution*. New York: Oxford University Press, 1915.
- HOLANDA, F. de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília (no prelo).
- HOLANDA, F. de, KOHLSDORF, G. *Arquitetura como situação relacional* (Mimeoogr., s. d.).
- KOHLSDORF, G. *Sobre a ciência de desenhar cidades e a arte de construí-las: algumas considerações taxionômicas e metodológicas, aplicadas exemplarmente ao Setor Comercial Sul de Brasília*. Dissertação de Mestrado, 1995 (Mimeoogr.).
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. São Paulo, Brasília: Martins Fontes / Ed. Universidade de Brasília, 1984.
- TURKIENICZ, B. “Desenho Urbano I”. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura*. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1994.

A B S T R A C T *This paper constitutes a summary of the state of the art related to urban form. The main theoretical problems are discussed, as well as the contemporary paradigmatic dilemmas. The main trends of discussion in the 1999 ANPUR National Conference are commented, namely: a) problems related to urban centralities, functional issues and the appropriation of the city; b) the actuality of the city and the social expectations as perceived by the people; c) the relations between tradition and the challenges of modernism and d) the instruments of urbanistic control.*

K E Y W O R D S *Urban form; spatial paradigms; brazilian urbanism planning.*